

## **Christophe Lime - Remunicipalização da água: a avaliação da France Eau Publique**

Este artigo foi escrito por Cyrus Farhangi e publicado em 23 de Junho de 2023



Crédito da foto: Christophe Lime

*Christophe Lime é vice-presidente responsável pela água e esgotamento sanitário na Grand Besançon Métropole e presidente da France Eau.*

- **Você pode se apresentar profissionalmente?**

Sou Vice-Presidente responsável pela água e [esgotamento sanitário](#) na Metrópole da Grand Besançon e Presidente do Conselho de Água. Também sou presidente da France Eau Publique, uma associação que reúne mais de 100 membros, que atendem mais de 15 milhões de habitantes com água potável sob gestão pública. Somos referência a nível nacional sobre o tema.

- **A gestão pública da água será o tema principal da nossa entrevista. Antes de chegar ao cerne desta questão, como sua região está vivenciando a sucessão de secas nos últimos anos?**

Habitualmente, falo em "**mudança climática**" e não em "aquecimento global", que é um dos componentes das mudanças climáticas. Para os nossos serviços, as alterações climáticas têm duas consequências. Em primeiro lugar, períodos de seca cada vez mais longos. Mas também períodos de chuvas intensas que estão impactando cada vez mais nossas redes de esgotamento sanitário e de águas pluviais. Podemos ver claramente uma aceleração do problema do aquecimento global. Na nossa região, nos últimos 3-4 anos, o leito do Doubs esteve seco por vezes durante vários quilómetros. Esse é um fenómeno que não víamos há mais de um século. Fenômenos climáticos que não esperávamos que afetassem as nossas regiões e nos levassem a questionar nossa capacidade de abastecimento de água.

Recordemos que **a parte do abastecimento público na captação de água na França é de cerca de 20%**. Temos também de questionar os cerca de 40% captados pela agricultura e os 40% captados pela indústria (incluindo a energia). Temos de adotar uma abordagem global para evitar conflitos de utilização amanhã. **Todos têm que participar do esforço**. No entanto, a agricultura, a indústria e a energia não mudarão de um dia para o outro. Temos de apoiar as empresas, e a agricultura está se adaptando de modo relativamente rápido, especialmente no que diz respeito à conservação do solo e ao armazenamento de água no solo. Nós, usuários, também podemos fazer gestos significativos em escalas menores. Temos de considerar soluções técnicas que nos permitam atravessar os períodos de crise em que a oferta é particularmente limitada, mas todas as boas ideias só podem ser concebidas tendo como referência a moderação. **Um novo uso da água não deve fazer com que excedamos os suprimentos que temos hoje**. Até porque o déficit hídrico vai continuar aumentando: é preciso planejar agora o que vai acontecer daqui a 5, 10, 15, 20 e 30 anos.

- **Vamos falar da gestão pública da água. Originalmente, o que lhe interessou nessa abordagem? Porque é que alguns municípios fazem esta escolha depois de terem passado pela gestão privada?**

Sou eleito<sup>1</sup> desde 2001, fui imediatamente responsável pela água e esgotamento sanitário, e parti do princípio de que os **nossos funcionários municipais fazem um trabalho extraordinário, o de fornecer água de qualidade a uma grande população, 24 horas por dia**. Depois, tratam as águas residuárias para devolvê-las

---

<sup>1</sup> Os eleitos locais (prefeitos ou presidentes de câmara, conselheiros municipais, conselheiros regionais e conselheiros departamentais) representam os cidadãos das várias autoridades locais. Eleitos com o objetivo de atuar no interesse local, são membros dos órgãos deliberativos dessas comunidades.

adequadamente ao ambiente natural. Sempre estive na gestão pública, e achei que seria interessante promover essa abordagem. Interessei-me então pelo que se passava a nível nacional e internacional.

A primeira coisa a entender é que o mundo em geral está sob gestão pública. Praticamente todas as grandes nações consideraram que a água é um bem indispensável para a vida, que não deve ser confiada a interesses privados. Na França, temos uma particularidade histórica com a presença de dois grandes grupos globais, Générale des Eaux e Lyonnaise des Eaux, que existem há mais de um século e que estruturaram fortemente a gestão da água e do esgotamento sanitário na França. Na época em que assumi o cargo, a França começava a passar por vários desafios. O exemplo de Grenoble é frequentemente citado, pois revelou certas limitações do sistema de gestão privada: menor investimento, ganhos de capital significativos etc. A partir daí, o setor associativo e os eleitos começaram a questionar a pertinência de confiar a gestão da água a outros que não o poder público .

Alguns anos depois, em 2012, criamos a France Eau Publique, dentro da FNCCR (Federação Nacional das Comunidades Concessionárias e Reguladas). **O objetivo era criar uma estrutura de consulta na gestão pública.** Posteriormente, várias autoridades locais, algumas das quais de grande importância, seguiram o exemplo: Paris iniciou a remunicipalização da sua água em 2010, depois outras grandes autoridades locais, como Nice, o que confirma que a remunicipalização pode ser do interesse de todas as orientações políticas. Em breve teremos também Lyon, Bordéus etc. A tendência inverteu-se nos últimos vinte anos. Todos os anos, entre 1% e 1,5% da população francesa muda da gestão privada para a pública. Isto diz respeito às grandes cidades, mas também às cidades médias e aos pequenos municípios rurais. É interessante notar que depois de 20 anos em que a tendência se inverteu, ninguém se arrepende dessa opção de remunicipalização e não quer voltar atrás.

Isso permite que essas comunidades reinvestam de forma mais significativa, às vezes para baixar as tarifas, embora esse não seja o objetivo principal. É melhor garantir o futuro do que dar satisfação imediata aos usuários. Muitas vezes vemos o interesse em manter as taxas e reinvestir dinheiro em redes, pesquisas etc.

- **Quais são os fatores que desencadeiam a escolha da gestão pública?**

Um primeiro fator é a ideia de que, por uma questão de princípio, **a água é um bem público a ser gerido pelo poder público.** Mas temos de ter cuidado, porque um princípio só é aceitável se corresponder à expectativa, a um êxito para os nossos concidadãos e à eficiência em relação aos custos pagos pelos usuários. O segundo fator é

econômico: a comunidade está questionando o lucro que as empresas privadas têm, e a oportunidade de usar mais essa margem para realizar investimentos.

Temos um serviço público para inventar para o século 21 que esteja mais alinhado com as expectativas dos nossos usuários, que seja respeitoso com nossos usuários, que saiba levar em conta as condições de trabalho de nossos funcionários e, acima de tudo, que garanta o fornecimento de água aos nossos filhos e netos. Isso leva a políticas de investimento de longo prazo: **quando você lança uma política de proteção de recursos, os resultados às vezes podem levar muitos anos para se materializar**, então você tem que ser paciente.

- **Para um município ou comunidade de municípios que gostaria de embarcar na gestão pública, há alguma habilidade específica a ser contemplada? De forma mais geral, quais são as principais ações a serem realizadas para avançar rumo à gestão pública?**

Como preâmbulo, gostaria de salientar que as autoridades locais e os eleitos já conseguem levar a cabo **ações** muito mais complicadas do que a gestão da água! Por exemplo, as funções de adjuntos de planejamento urbano ou de trânsito estão longe de ser simples. **A gestão direta da água é viável, portanto, para um grande número de comunidades.**

Para responder a sua pergunta: quando você sai de uma concessão de serviço público, você é obrigado a recuperar o pessoal da concessionária. Então você já tem os recursos humanos necessários no local, com equipes altamente qualificadas. Além disso, você pode expandir um pouco sua equipe, seja para compensar possíveis saídas de funcionários ou para fortalecer a gestão. Isso pode ser antecipado. **Quando uma municipalidade seja qual for a sua dimensão, quer assumir a gestão pública, desejamos que tome medidas com pelo menos 18 meses ou 2 anos de antecedência.** Este é o momento de se debruçar sobre as responsabilidades e competências que poderão assumir de imediato e de escolher seu estatuto jurídico de gestão pública... Inicialmente, não são obrigados a assumir todas as competências: durante alguns meses ou anos, podem voltar a celebrar contratos com empresas privadas que continuarão a apoiá-los. A gestão pública é uma escada que se sobe gradualmente, e cada degrau deve ser subido de acordo com a vontade dos eleitos.

Às vezes, os eleitos têm medo, mas geralmente percebem que os primeiros passos na gestão pública estão indo melhor do que o esperado. Tornam-se, então, "gananciosos" pela gestão pública e querem integrar rapidamente novas competências. Também contamos, obviamente, com a expertise de empresas privadas. **Quando temos uma**

**estrutura suficientemente azeitada, somos capazes de gerir o dia-a-dia, mas quando temos grandes investimentos a fazer, recorremos a empresas privadas para trabalhos pontuais.** Mas temos expertise e serviços competentes, que conhecem muito bem suas redes. As equipes da comunidade são capazes de elaborar um edital de acordo com as necessidades específicas da comunidade, têm a capacidade de avaliar todas as ofertas que recebemos em detalhes e a competência para acompanhar a obra. Às vezes notamos que há mudanças a serem feitas nos planos. E quando os nossos operadores assumem as novas estruturas, conhecem-nas muito bem, sabem geri-las e são capazes de as otimizar.

- **Quais as possíveis dificuldades encontradas e as armadilhas a serem evitadas na transição para a gestão pública?**

O principal ponto de vigilância diz respeito ao **peçoal** que estamos herdando, que ficará preocupado porque seu status vai mudar. Estava convencido de que a transição para a função pública seria uma alegria. No entanto, há funcionários que estão ligados à sua empresa, e isso é mérito deles. Depois, há os trabalhadores que têm ganhos obtidos em acordo coletivo e que querem preservá-los, o que é legítimo. Daí o interesse em antecipar essas questões.

Outro ponto de vigilância é a **gestão do dia a dia dos editais** e investimentos, que é mais complexa do que nas empresas. Há mais procedimentos, por exemplo, para licitação.

Por fim, precisamos estabelecer uma **governança** diferente da do setor privado. Nos conselhos de administração, queremos que todas as forças motrizes do território estejam presentes, com pelo menos um diretor que represente os usuários, um que represente as associações ambientalistas e outro que represente os trabalhadores. Para evitar conflitos, é melhor que esses representantes entrem em contato conosco regularmente e nos questionem sobre nossa gestão do dia a dia.

- **Precisamente, qual é o sua avaliação das negociações com os diversos atores do território?**

Temos uma estrutura intermunicipal bastante especial, com uma grande cidade de 120 mil habitantes, depois a segunda cerca de 5 mil habitantes, depois 3 mil habitantes... até uma vila de 150 habitantes. A transferência de competências levou a uma certa relutância por parte das pequenas municipalidades, com receio de serem "devoradas pela grande cidade". Não só na água e no esgotamento sanitário, mas em geral. Criamos, portanto, um sistema de **consulta permanente aos representantes municipais**, com os quais discutimos mudanças de preços, investimentos etc. Os eleitos municipais são

essenciais para o sucesso da transferência de competências, pois são os que estão mais familiarizados com as redes de água, as necessidades dos usuários (agricultores, industriais, indivíduos etc.) e os riscos de conflitos de uso.

Em decisões importantes, temos um conselho consultivo que examina as questões para discussão antes de deliberação. Noutros territórios, quando os representantes eleitos são consultados em comitês, uma decisão tem normalmente de ser tomada no final. Da nossa parte, na Metrópole da Grand Besançon, pautamos as principais questões na agenda do conselho consultivo e continuamos a discussão até chegarmos a um acordo entre todos. Leva mais tempo, mas resulta em cada um apoiando a proposta aprovada. Nos últimos 2 anos, tomamos todas as nossas decisões por unanimidade.

- **A questão da "moderação" no uso da água está cada vez mais presente. Como ela se manifesta para você?**

Do lado da demanda de água, abolimos, em primeiro lugar, todas as tarifas regressivas. Mas consideramos que não deveria haver consequências económicas nas explorações agrícolas do nosso território. Então, quando decidimos abolir a regressividade, a solução foi reduzir o consumo. Temos 167 explorações agrícolas, que são particularmente frágeis e que necessitam de apoio, o que conseguimos junto da Câmara de Agricultura. Oferecemos a cada fazenda uma auditoria, paga por nós, para analisar seu consumo e estudar as possibilidades de economia. Assim, nenhum agricultor contestou o fim da regressividade.

Depois, introduzimos uma **alíquota progressiva nas tarifas**. Os primeiros 3 metros cúbicos são gratuitos, o que abrange a água de beber de 5-6 pessoas ao longo de um ano. Estamos dizendo aos nossos concidadãos que já não têm qualquer razão para não beber água da torneira, uma vez que é gratuita! Por meio da progressividade, quisemos trabalhar na responsabilização de todos os nossos concidadãos.

- **Qual é a sua abordagem para a prevenção da poluição?**

Quando temos poluição, não buscamos "tratá-la", mas "eliminá-la". Um engenheiro seria capaz de tornar qualquer água potável, mas isso requer uma estação de tratamento e, portanto, investimentos significativos e custos operacionais. E a poluição não desaparece, ela é separada da água. **Em vez de limpar a poluição, é melhor evitá-la em primeiro lugar.** Por conseguinte, é do nosso interesse cooperar com outros territórios, que por vezes vão buscar água fora do perímetro a que estão habituados a explorar. Por exemplo, Paris busca água até 150-200 km da capital e tomou medidas para trabalhar com agricultores e autoridades locais para evitar a poluição e devolver água limpa ao ambiente natural. Tal abordagem evita ter que atualizar as estações de tratamento com muita regularidade, com os custos que isso implica.

Criamos um comitê científico que vai muito além do nosso perímetro de proteção, para conhecer melhor os nossos mananciais (que por vezes são complexos). Também estamos tentando responsabilizar **os usuários pelo esgoto**: graças à Agência de Águas, temos ações de prevenção junto às empresas, para responsabilizar todos os profissionais pela restauração da qualidade da água. Isso às vezes também pode ser responsabilidade das empresas para com seus funcionários, por exemplo, no caso de salões de cabeleireiro que usam produtos químicos. Vamos ver esses profissionais, na companhia de seu conselho profissional, não para fazê-los se sentir culpados ou para puni-los, mas para auditar os produtos utilizados, e identificar as possibilidades de substituir ou prescindir dos produtos mais poluentes. Pagamos pela auditoria e, eventualmente, subsidiamos o trabalho a ser realizado.

Outro caso de sucesso é o de uma grande empresa metalúrgica localizada em nosso território, que agora tem zero descargas de efluentes em nossas redes. Isso significa que reduzimos muito a poluição em nossas redes e usamos menos dispositivos caros para tratar essa poluição. E como fazemos o **reviramento** agrícola usando o lodo de nossas estações de esgoto, somos capazes de tranquilizar os agricultores sobre a limpeza do **lodo**.

- **Do lado da oferta, quais são os dispositivos e equipamentos que podem lhe interessar?**

Equipamentos como bacias (reservatórios) não devem ser descartados, mas sua utilidade será limitada se as práticas não mudarem. Temo mesmo que estas bacias levem a um consumo ainda maior de água e adiem os esforços para mais tarde.

Estou pensando em exemplos de áreas onde as águas residuárias tratadas são reutilizadas para irrigar vinhas; Eu não sou viticultor, mas me parece que quando você começa a irrigar videiras, você está vivendo situações difíceis! O reuso de águas residuárias a beira mar, por que não. Mas o esgoto tratado pelas estações não desaparece, é usado pelo vizinho! Se à **montante** cada um reserva a água para si e considera que seu vizinho de **jusante** possa não ter nenhuma, não tenho certeza se entraríamos em um círculo virtuoso. Sou daqueles que acreditam que devemos primeiro proteger os mananciais existentes. Se tivermos que fazer investimentos, já vamos criar perímetros de proteção em toda a França. Ainda hoje temos recursos que não estão protegidos.

Na Grand Besançon, estamos no processo de listar todas as fontes de água que deixamos de explorar há vários anos, porque consideramos que a vazão era muito baixa. Então, em vez de procurar novas fontes, vamos olhar para as que temos disponíveis. Temos

pequenas nascentes em torno de Besançon com uma vazão baixa, mas de alta qualidade, e que fluem o tempo todo. No verão, as poucas dezenas de metros cúbicos que elas fornecem por dia podem ser úteis para nós.

Nosso próximo passo na France Eau Publique é considerar que estudos e pesquisas também devem fazer parte da gestão pública. A pesquisa na França é essencialmente pública (CNRS, universidades etc.). **Por isso, queremos estabelecer parcerias com laboratórios para realizar pesquisas sobre a proteção natural de todos os nossos mananciais.** O comitê científico que criei com a Universidade de Besançon estudará em pormenor as fontes de água e as melhores formas de as proteger. Prefiro investir quantias modestas nesse tipo de pesquisa, em vez de investir grandes somas em equipamentos caros.

A dispersão das nossas municipalidades dificulta o financiamento desta "pesquisa-ação". Isto significa que fazemos pouco uso dos fundos europeus: não temos "poder de fogo" para solicitá-los. **A Europa dispõe de um orçamento de 30 mil milhões de euros para financiar ações no domínio do desenvolvimento sustentável,** e constato que os estados alemães estão muito mais estruturados para acompanhar e elaborar propostas, permitindo-lhes obter financiamentos de até vários milhões de euros.

• **Para concluir, vamos falar sobre os orçamentos destinados à água. A crise energética está aumentando significativamente a fatura a ser paga pelos municípios, incluindo a da energia utilizada no tratamento da água. Bombear, transportar e despoluir a água requer energia. O que fazer?**

Você aponta para um problema que todos nós temos. A nossa fatura de energia será multiplicada por 3, passando de 1,7 milhões de euros para 5,3 milhões de euros apenas para o serviço de água e esgotamento sanitário. Tomamos providências iniciais com deputados e senadores para ter direito a um congelamento tarifário, que até agora só conseguimos para pequenas comunidades. Mas acho que temos diante de nós, aconteça o que acontecer, um aumento do preço da água. Temos de nos preparar para isso, diluí-lo ao longo do tempo, aumentando os preços gradualmente. Penso que as tarifas vão poder continuar a pagar a distribuição de água. No entanto, estou mais preocupado com **o esgotamento sanitário**, porque estamos atrasados em vários programas. As diretivas europeias em discussão serão ainda mais restritivas, incluindo para as zonas rurais. Haverá potencialmente uma exigência de investimento e de operação em esgotamento sanitário, que exigirá uma verdadeira reflexão entre as autoridades locais e o governo nacional para reunir os recursos necessários.



Também me preocupa a **água pluvial**, a relação precária do investimento do governo local. Este valor não é pago nem pelo orçamento da água nem pelo orçamento do esgotamento sanitário, mas sim pelo orçamento geral dos municípios. As diretivas (???) europeias tratarão em breve disso, e penso que haverá investimentos a fazer. Comecei a preparar o secretário das finanças da Grand Besançon para esta perspectiva.

Para concluir, temos um retorno à gestão pública, na França muito significativo, e estruturamos essa gestão pública em nível nacional. Convido todas as comunidades interessadas a entrar em contato conosco. Temos [um site amigável](#). Apoiamos as municipalidades neste processo, que não é simples: trata-se de uma verdadeira escolha "política", no sentido nobre do termo. Acima de tudo, não queremos ter contraexemplos das vantagens do regresso à gestão pública, por isso propomos sistemas de patrocínio para as municipalidades interessadas no processo. Queremos ser muito eficientes em termos de governança da gestão pública, investimentos, proteção de recursos e vontade de trabalhar com todos os territórios. Acreditamos que os atores locais estão em melhor posição para tomar uma série de decisões relacionadas à água.

---

## **Indo mais fundo na gestão da água potável**

### **Quem é responsável pela água potável? Quais são os serviços dedicados?**

A competência no domínio da água potável é principalmente atribuída aos autoridades eleitas locais, em especial aos intermunicípios e às comunidades (associações) de municípios. De acordo com a Lei NOTRe, a gestão da água potável e do esgotamento sanitário foi transferida para os intermunicipais, e a maioria das autoridades locais é responsável pela distribuição de água potável. Um serviço de água potável é definido como qualquer serviço que assegure a produção, transporte, armazenamento e distribuição de água destinada ao consumo humano. Trata-se, portanto, de uma competência importante dos eleitos locais, que têm de enfrentar muitos desafios relacionados com a gestão deste recurso vital

### **Quem fornece água em Paris?**

A cidade de Paris é abastecida com água pela Eau de Paris, uma autoridade municipal autônoma responsável pela produção, tratamento, transporte e distribuição de água potável na capital. Esta entidade também gere a manutenção das redes de água e garante a qualidade da água fornecida aos parisienses. Além disso, Paris também tem uma rede de água não potável, abastecida principalmente por água do Canal de l'Ourcq, do Marne e do Sena, gerida pela Eau de Paris

### **O que é municipalização da água?**

A municipalização da água refere-se ao processo pelo qual a gestão do serviço de água, incluindo produção, distribuição e tratamento das águas residuais, é transferida de

empresas privadas para entidades públicas, como prefeituras ou conselhos. Esse movimento é cada vez mais observado na França, com cidades como Paris, Bordeaux, Lyon, Grenoble e Rennes tendo optado pela tomada da gestão da água pela gestão pública. Essa mudança muitas vezes é justificada por considerações como a preservação dos recursos hídricos, o controle público do serviço e o desejo de garantir um melhor serviço a um custo razoável

### **O que é a privatização da água na França?**

A privatização da água envolve a transferência da gestão da água de um órgão público para uma empresa privada, que assume a operação dos sistemas de distribuição de água e esgotamento sanitário, geralmente por meio de uma parceria público-privada. Essa prática vem sendo implementada em diversos países, como Argentina, Espanha e França.

